

# PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO CONTINUADA: UM DEBATE SOBRE A INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA

Vanusa Diniz Targino

*Universidade Federal da Paraíba*

*[vanusadtargino@gmail.com](mailto:vanusadtargino@gmail.com)*

## RESUMO

A presente pesquisa busca refletir sobre os avanços e obstáculos na implementação da Lei nº 10.639/03 com destaque para a problemática da formação continuada dos professores e supervisores das escolas públicas do município de Cabedelo-PB. Determinamos os seguintes objetivos: analisar informações sobre o projeto de Capacitação em Cultura Afro-Brasileira ocorrido em Cabedelo, durante os anos de 2011 e 2012, identificando os avanços e obstáculos; conhecer as dificuldades enfrentadas pelos educadores com relação à formação continuada para a educação étnico-racial; analisar a concepção dos coordenadores pedagógicos e professores sobre as dificuldades encontradas atualmente na aplicação da temática na sala de aula. Utilizamos a metodologia da história oral, através da realização de entrevistas semiestruturadas como principal instrumento de coleta de informações. As entrevistas foram realizadas com professores e coordenadores pedagógicos que atuam na rede municipal de ensino de Cabedelo. Analisamos a problemática da formação continuada através dos conceitos de Gomes (2001,2005); Silva (2001); Gomes e Jesus (2013); Oliva (2006, 2011); Lopes, Florencio e Estrada (2010) e Passos (2014). Para perceber a realidade da educação brasileira com relação aos conflitos étnicos, buscamos as concepções de Silva Jr. (2002); Cavalleiro (2001; 2005); Munanga (2005); Santos (2001) e Barros (2012). Concluimos que existe a necessidade de formação continuada sobre educação étnico-racial; bem como, identificamos que os educadores não sabem como lidar com as situações de racismo no ambiente escolar e terminam muitas vezes por reforçar as situações de preconceito étnico-racial.

**Palavras-Chave:** Educação Étnico-Racial, Formação Continuada, Lei nº10.639/03.

## INTRODUÇÃO

O ponto central dessa pesquisa é refletir sobre os avanços e obstáculos na implementação da Lei Federal nº 10.639/03, com destaque para a problemática da formação continuada dos professores e supervisores das escolas públicas do município de Cabedelo-PB. O trabalho está fundamentado na análise do projeto de capacitação continuada em cultura afro-brasileira,

realizado pela Secretaria Municipal de Educação, no período de 2011 à 2012 e direcionado aos professores da rede municipal de ensino.

A pesquisa foi desenvolvida no município de Cabedelo<sup>1</sup>, cidade portuária situada na região metropolitana da Capital João Pessoa. “Cabedelo é a continuidade da orla de João Pessoa e estreita-se no encontro entre o Rio Paraíba e o mar” (PIMENTEL, 2015, 13). O nome Cabedelo remete as antigas formações de areia que caracterizavam o lugar. Entretanto, existem várias versões sobre o significado da palavra, em alguns dicionários significa dunas de areia, mas para a população do município o nome Cabedelo significa pequeno cabo de areia (CAVALCANTI, 1996, 13). O povoamento surgiu nos arredores da Fortaleza de Santa Catarina, que tinha a função de defesa do território, e que durante o período colonial era a principal estrutura construída em Cabedelo catalisando todas as atenções do lugar.

A população de Cabedelo, segundo Pimentel (2015), era inicialmente constituída por brancos e indígenas. Entretanto, segundo o autor, após a abolição da escravatura muitos negros abandonaram os engenhos e fazendas, indo em busca de trabalho em outras localidades. A construção do trecho da rede ferroviária ligando a Capital do Estado à Cabedelo, facilitou a vinda dos trabalhadores e seus familiares de outros município pra Cabedelo. Assim, a partir de 1888, chegaram a essas terras muitos negros oferecendo sua força de trabalho, “o negro chegou como força de trabalho nas obras do atracadouro e manuseio de cargas nas operações de embarque e desembarque dos navios”. Nos anos que se seguiram, Cabedelo continuou a receber uma intensa população negra que traziam consigo uma rica experiência de vida, passando a contribuir com a formação social, econômica e cultural da comunidade local.

Quanto à localização, o município está situado na parte norte do litoral paraibano, limitando-se ao leste com o Oceano Atlântico, a oeste com a cidade de Santa Rita, ao norte com o município de Lucena e ao sul com a capital do Estado, João Pessoa. A população de Cabedelo cresceu 70,9% durante a década de 50 do século XX, no censo demográfico de 1960, constatou-se que Cabedelo tinha uma população em torno de 12. 657 pessoas. Já no censo demográfico de 2010 a população do município estava em 57.944 habitantes. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua previsão para 2014, o município teria uma população estimada de 64.360 habitantes, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), com

---

<sup>1</sup> A origem do município remete aos tempos da colonização do território brasileiro. Para mais informações consultar: PIMENTEL, A. A. **Cabedelo**, Vol. 1. 2ª edição Revisada, Prefeitura Municipal de Cabedelo, Secretaria de Educação, 2015.

base em 2010, era de 0,748. Com relação ao universo educacional em Cabedelo, a Secretaria Municipal de Educação, no período da pesquisa, atendia à 22 escolas e 09 creches.

Entendemos que a educação é a chave para que possamos nos tornar indivíduos conscientes de nossos direitos e deveres perante a sociedade da qual fazemos parte. No entanto, o racismo presente na educação, é desumano e injusto. As crianças afro-brasileiras não podem continuar passando por humilhações e sofrendo com o descaso das autoridades competentes que fingem não ver, ou não saber da real situação em que se encontram as crianças e jovens afrodescendentes nas salas de aula de nosso País. A Lei 10.639/03 tem o objetivo de propiciar aos estudantes o acesso a uma educação étnico-racial, entretanto, sua implementação precisa ser acompanhada de perto, para que possamos identificar as dificuldades que impedem a efetiva implementação e buscar meios para solucionar os problemas e vencer os obstáculos que certamente não são poucos. Assim como, também é necessário conhecer os avanços identificados nas escolas, tais como, incentivo à pesquisa sobre a história dos negros no Brasil, projetos direcionados à temática da Lei 10.639/03, entre outros. Esses exemplos podem contar como pontos positivos no longo trajeto a ser percorrido pela implementação da educação étnico-racial nas escolas.

No decorrer da pesquisa surgiram alguns questionamentos: Como foi elaborado o plano de ação desenvolvido pela Secretaria de Educação nos anos de 2011 e 2012? Quais as dificuldades enfrentadas por coordenadores pedagógicos e professores na abordagem da temática do racismo em sala de aula? Os professores da educação básica recebem formação continuada para a educação étnico-racial? Se os professores e alunos têm acesso ao material didático adequado? Quais as dificuldades dos professores e da equipe da escola em lidar com as atitudes de preconceito dentro da sala de aula?

Para realizar nossa pesquisa, determinamos alguns objetivos: (1) conhecer o processo de lutas que culminou na aprovação da Lei nº 10.639/03; (2) coletar informações sobre o projeto de Capacitação em Cultura Afro-Brasileira ocorrido em Cabedelo, durante os anos de 2011 e 2012, identificando os avanços e obstáculos; (3) conhecer as dificuldades enfrentadas pelos educadores com relação à formação continuada para a educação étnico-racial; e, (4) analisar a concepção dos coordenadores pedagógicos e professores sobre as dificuldades encontradas atualmente na aplicação da temática na sala de aula.

## **METODOLOGIA**

Com a finalidade de apreender as representações dos sujeitos com relação ao objeto de pesquisa, optamos por utilizando a metodologia da história oral, através da realização de entrevistas semiestruturadas como principal instrumento de coleta de informações. As entrevistas foram realizadas com educadores que atuam na rede municipal de ensino de Cabedelo, sendo divididas em dois momentos: no primeiro momento, entrevistamos a coordenadora do Projeto de Capacitação Continuada em Cultura Afro-Brasileira e Indígena e no segundo bloco de entrevistas, buscamos compreender o momento atual através de entrevistas com coordenadores pedagógicos e professores de duas escolas da rede municipal de ensino.

Utilizamos a entrevista, como meio de captar as concepções dos sujeitos, com base nas contribuições de Marconi e Lakatos (2003), “É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”.

Para compor a pesquisa, foram entrevistados cinco (05) professores, sendo dois (02) da Educação Básica I e três (03) da Educação Básica II. Os educadores estão dentro da faixa etária, entre 25-50 anos, quatro deles atuam em duas escolas, durante o turno da manhã e da tarde e um trabalha em apenas uma escola. Todos são do quadro de funcionários efetivos do município e tem entre dez e vinte anos de experiência em educação.

Contamos também com a colaboração das coordenadoras pedagógicas das duas escolas pesquisadas. A coordenadora da escola A, atua na coordenação pedagógica da escola há cinco anos, já a coordenadora da escola B, atua há quatro anos na coordenação pedagógica da referida escola. A coordenadora 1 é formada em Pedagogia e possui Pós-Graduação em Psicopedagogia e a coordenadora 2 é formada em Pedagogia com Habilitação em Supervisão e Orientação Educacional.

Dentro do universos das 22 escolas municipais de Cabedelo, optamos por desenvolver a pesquisa em apenas duas delas, uma da Educação Básica I e outra da Educação Básica II, as duas estão localizadas na periferia do município, e se destacam pelo excelente serviço prestado à comunidade escolar.

A escola A, Educação Básica I, funciona nos três turnos atendendo uma clientela de aproximadamente 400 alunos, para atender a essa demanda a escola conta com um quando formado por 42 funcionários entre técnicos administrativos e de serviço e equipe pedagógica.

Nos turnos da manhã e da tarde a instituição de ensino recebe os alunos da educação infantil, do Ensino Fundamental I e do Programa Mais Educação<sup>2</sup>, enquanto que no turno da noite a escola acolhe os alunos da Educação de Jovens e Adultos, além de abrir espaço para uma turma do Programa Brasil Alfabetizado.

A escola B, Educação Básica II, possui destaque municipal pelos projetos e por incentivar seus alunos a participar das olimpíadas, de História, astronomia, matemática, entre outras. A escola acolhe aproximadamente 580 alunos, funcionando nos três turnos, com um quadro de 47 funcionários entre técnicos e equipe pedagógica.

Durante os turnos da manhã e da tarde funcionam o Ensino Fundamental II e o Programa Mais educação, no turno da noite a escola atende às turmas da Educação de Jovens e Adultos e do Programa Brasil Alfabetizado.

O contato com os professores e coordenadores pedagógicos para realização das entrevistas ocorreu no espaço escolar, a gestão da escola em nenhum momento ofereceu resistência à realização da pesquisa.

Deste modo obedecendo o princípio da ética na pesquisa educacional e direitos à dignidade da pessoa humana, do profissional, os entrevistados coordenadores e professores optaram por preservar suas identidades priorizando o anonimato, de acordo com as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira (1988), artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

## **DISCUSSÃO**

Buscamos desenvolver uma pesquisa, que tornasse visível as questões referentes às dificuldades encontradas por professores e supervisores no cotidiano escolar, com relação à formação pedagógica necessária para que o educador possa aplicar os conteúdos propostos pela Lei nº 10.639/03.

O trabalho foi dividido em três capítulos, no primeiro capítulo abordamos o processo de lutas e reivindicações que culminou na promulgação da Lei nº 10.639/03, procuramos destacar os momentos importantes na luta pelos direitos dos afro-brasileiros, a partir da assinatura da

---

<sup>2</sup> "O programa oferece educação em tempo integral em escolas da rede pública disponibilizando métodos de estudos, atividades pedagógicas, esporte, lazer, cultura, artes, inclusão digital, promoção da saúde, prevenção, educação científica e educação econômica. O objetivo do Mais Educação no Brasil Sem Miséria é priorizar a expansão às escolas que possuam mais da metade de seus alunos como beneficiários do Bolsa Família." (BRASIL, 2014). Informação disponível em: < <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20acesso-a-servicos/programa-mais-educacao>>. Acesso em: 20 dez 2014.

Lei Áurea em 13 de maio de 1888, até a aprovação da Lei Federal nº 10.639/03, a criação das Diretrizes para a Educação Étnico-Racial e do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes.

No segundo capítulo tratamos da formação de professores para a educação étnico-racial, apresentando o projeto de formação continuada realizado pela Secretaria de Educação de Cabedelo, durante os anos de 2011 e 2012, identificando as dificuldades e os avanços na formação de professores da educação básica, em relação à educação étnico-racial.

No terceiro capítulo propomos discutir a educação étnico-racial, os avanços e obstáculos na construção da nova pedagogia educacional, nesse tópico, procuramos captar as concepções de coordenadores pedagógicos e professores da educação básica I e II, com relação ao conhecimento da Lei, a postura frente às situações de preconceito racial, a busca por material didático e o apoio da equipe de gestão escolar, com o intuito de perceber na base, as necessidades mais urgentes no caminho da efetiva implementação da Lei nº 10.639/03.

A inclusão da educação étnico-racial no ensino de História, tornou-se um desafio para os educadores das diversas modalidades de ensino. Tendo em vista que, para atender as novas demandas educacionais os professores precisam repensar sua prática, buscar novas metodologias, conhecer melhor seus alunos e valorizar os conhecimentos construídos pelos sujeitos através do convívio social.

O professor de História é o profissional indicado para provocar essa evolução na educação, afinal, o objeto de estudo da História é o próprio homem, como o professor de História pode transmitir conhecimentos sobre o homem em diversos períodos históricos, sem conhecer o homem de seu próprio tempo, seus anseios, suas necessidades, sua história?

Segundo Azevedo (2011), as características do estudo da História podem propiciar aos alunos um caminho para a aceitação das diferenças entre os indivíduos na atualidade.

A percepção sobre as mudanças e permanências, diferenças e semelhanças no decorrer da história da humanidade é o caminho propício para a percepção, reconhecimento e respeito dos alunos à diversidade e conseqüente favorecimento à promoção da autoestima dos discentes, uma vez que inseridos em um processo ensino-aprendizagem valorizador das diferenças individuais. (AZEVEDO, 2011, p. 08)

Deste modo podemos identificar uma estreita ligação entre a História que estuda o homem, o Ensino de História que constrói conhecimentos sobre o homem através do tempo e a Educação Étnico-racial que possibilita ao homem conhecer a si mesmo, suas origens e a história de seus antepassados

A proposta de trabalhar com a educação étnico-racial, tem provocado nos educadores muitos questionamentos, para os professores formados recentemente, e mais ainda para os profissionais que estão em sala de aula há muito tempo.

Alguns professores muitas vezes por não ter tido acesso a uma formação sobre a temática, não conseguem trabalhar com a educação étnico-racial de forma adequada, e essa realidade pode levar à erros graves na hora de mediar um debate sobre as questões étnicas em sala de aula, podendo em alguns momentos ao invés de combater, reforçar atitudes racista dentro do ambiente escolar; outra problemática detectada foi a resistência em buscar os materiais didáticos e paradidáticos, muitas vezes o professor não tem tempo nem interesse de verificar o material disponível na biblioteca da escola; esses educadores não receberam formação inicial, nem continuada para abordar a temática da educação étnico-racial em suas salas de aula.

Na busca do conhecimento sobre a origem da Lei 10.639/03, baseamos a pesquisa nas concepções de Santos (2005) “A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta antirracista do movimento negro” e Rocha (2013) “A Lei 10.639/03 na primeira década: reflexões, avanços e perspectivas”, que apresentam a trajetória do movimento negro e aliados na luta pela valorização das heranças afro-brasileiras, tendo como ponto principal a inclusão dos conteúdos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira na educação, com a aprovação da Lei. em 09 de janeiro de 2003.

Na incessante trajetória de construção do conhecimento, fundamentamos nossa pesquisa sobre a problemática da formação continuada dos educadores, nos conceitos de Gomes (2001,2005); Silva (2001); Gomes e Jesus (2013); Oliva (2006, 2011); Lopes, Florencio e Estrada (2010) e Passos (2014), que tratam das questões referentes às dificuldades de implementação da Lei, em função da necessidade de proporcionar aos educadores formação inicial e continuada em educação étnico-racial.

No decorrer da pesquisa, não poderíamos deixar de perceber a realidade da educação brasileira com relação aos conflitos étnicos existentes no espaço escolar, no entanto para compreender melhor essas práticas, se fez necessário buscar o entendimento de Silva Jr. (2002); Cavalleiro (2001; 2005); Munanga (2005); Santos (2001) e Barros (2012). Esses teóricos analisam as questões étnicas no interior da escola, identificando nas relações entre professores e alunos as manifestações de racismo e discriminação que atingem os afrodescendentes.

A escola é um espaço onde se constrói conhecimentos mútuos, de modo que não poderíamos compreender os obstáculos que envolvem a implementação da Lei nº10.639/03, sem ir até o espaço escolar e conhecer as formas encontradas pelos educadores para trabalhar a diversidade étnico-racial.

As variadas práticas educativas ajudam a abordar a temática, mesmo porque esses profissionais são responsáveis por mediar o debate pedagógico e construir com os alunos uma consciência de valorização da diversidade étnica.

Nesse sentido, reconhecemos a importância de captar os conhecimentos sobre a Lei nº 10.639/03, como também sobre o combate ao racismo na escola, construídos pelos educadores, no cotidiano das salas de aula, no contato com os alunos e os colegas, de forma a contribuir com uma análise sobre o processo de implementação da Lei em Cabedelo.

Entende-se que, para avançar na compreensão do desenvolvimento da política antirracista na educação por meio da implementação da Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como conhecer seus limites, saber ações e opiniões de gestores, docentes e estudantes, faz-se necessário mapear e analisar as práticas pedagógicas que vêm sendo realizadas e ouvir os principais sujeitos desse processo (GOMES; JESUS, 2013, p. 19-33).

As análises e as observações aqui apresentadas são os resultados de uma pesquisa que buscou fazer uma reflexão sobre os avanços e obstáculos para a implementação da Lei Federal nº 10.639/03 nas escolas de ensino fundamental na cidade de Cabedelo - PB, tendo como objetivo principal captar por intermédio das entrevistas, o nível de conhecimento com relação a Lei e as práticas de combate ao racismo na escola.

Os resultados foram obtidos através das colocações dos professores e coordenadores pedagógicos das escolas selecionadas, captando suas necessidades, suas dificuldades em trabalhar com a temática das relações étnico-raciais, como também os avanços ocorridos desde o ano de 2011, quando teve início o plano de implementação da Lei na educação municipal de Cabedelo

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É inadmissível que nossas crianças e jovens conheçam mais sobre a história de outros povos, de outras nações e tenham tão pouco conhecimento sobre sua própria história, a história do nosso povo. Nossos estudantes precisam conhecer suas origens, saber quem são.

Reconhecemos que há uma grande dificuldade na prática da educação étnico-racial nesse momento, embora a peça chave desse movimento seja o professor, eles próprios não receberam em sua formação inicial nenhuma orientação sobre essa temática, e continuam não recebendo formação continuada sobre História e Cultura Afro-brasileira.

Deste modo, esses educadores não sabem como lidar com as situações de racismo no ambiente escolar e terminam por desenvolverem várias formas de resolver as situações de preconceito étnico-racial, alguns em sua tentativa de solucionar acabam por agravar a situação de desrespeito e humilhação sofrida pelos alunos afrodescendentes; outros preferem ignorar, afirmando que em sua aula nunca aconteceu nenhum caso de discriminação; já outros minimizam a questão do racismo, afirmando que em sua escola não existe casos de racismo o que existe, são apenas casos de Bullying.

Contudo, constatamos que grande parte de nossos educadores, sejam eles professores ou coordenadores pedagógicos não estão preparados para abordar a temática e muito menos para dar uma resposta pedagógica adequada aos alunos que são agredidos, ou que agridem com atitudes racistas na sala de aula ou em outro ambiente da escola.

Percebemos que embora professores e alunos necessitem ter a sua disposição materiais didáticos e paradidáticos sobre a temática, os professores em sua maioria não conhecem o acervo que a instituição de ensino possui sobre a educação étnico-racial. Deste modo, esse educadores não podem incentivar os alunos a pesquisar a História e a Cultura Afro-Brasileira na biblioteca da escola.

Podemos identificar que os professores de História e Artes, muitas vezes, são os únicos a assumir a educação étnico-racial na escola de forma mais consistente, através de projetos que terminam por envolver todas as turmas da escola.

A Lei Federal nº 10.639/03 trouxe um leque com infinitas possibilidades, mas para que ocorra alguma ação, que torne a História e Cultura Afro-Brasileira uma realidade para todas as escolas, será necessário o envolvimento da educação como um todo.

No processo de resgate das heranças afro-brasileiras e da valorização de sua cultura, precisaremos desconstruir as imagens construídas pela historiografia eurocêntrica, em relação ao povo africano escravizado e aos seus descendentes. A História deve ser reescrita a partir de outra ótica, de outras percepções, para que possamos captar em meio a estrutura da escravidão no Brasil, a agência afro-brasileira, revisitar o passado através visão dos africanos e afro-brasileiros.

Os afro-brasileiros não podem permanecer excluídos da autoria de sua própria história, uma história dos negros contada pelos brancos, permeada de conceitos eurocêntricos, onde o africano e o afro-brasileiro tornaram-se figuras passivas.

Essa historiografia deve ser revisitada, recontada, o povo negro precisa conquistar seu merecido lugar de sujeito ativo de sua própria história, tanto durante o período da escravidão quanto na sociedade brasileira contemporânea.

Estamos construindo os alicerces de uma nova sociedade, a historiografia africanista, a educação e as organizações sociais de resgate e valorização das raízes étnicas e culturais de nosso povo estão encarregadas dessa construção.

## **REFERÊNCIAS**

AZEVEDO, C. B. **Educação para as relações étnico-raciais e ensino de história na educação básica.** ISSN 1984-3879, SABERES, Natal – RN, v. 2, N.ESP, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/saberes/index>>. Acesso em 11 fev. 2015.

BARROS, S. A. **Educação Antirracista: a emergência de um problema.** In: M. A. Tella, Educação, Ações afirmativas e Relações Étnico-raciais. João Pessoa: NEABI/UFPB. (pp. 51-56)

CAVALLEIRO (org). **Racismo e Anti-racismo na Educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2001

GOMES, N. L. **Educação Cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade.** In: Eliane Cavalleiro (org), Racismo e Anti-racismo na educação: repensando nossa escola (pp. 83-96). São Paulo: Summus, 2001.

\_\_\_\_\_. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** In: Secretaria de Educação Continuada, Educação Anti-Racista caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005. (pp. 39-62)

GOMES, N. L.; JESUS, R. E. de. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, jan./mar. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n47/03.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015. (pp. 19-33)

LAKATOS; MARCONI. **Fundamentos de metodologia científica 1.** 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, M. G.; FLORENCIO, G. R.; ESTRADA, A. A. **Educação para as relações etnicorraciais: desafios e possibilidades para a formação de professores em Francisco Beltrão-PR.** II Simpósio Nacional de Educação. XXI Semana de Pedagogia. Infância, Sociedade e Educação. Outubro, 2010. Disponível em: <<http://cac.php.unioeste.br/eventos/iisimposioeducacao/anais/trabalhos/152.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

MELO, J.C. de. (2013). **Resistência, Agencia e Afrocentricidade: a busca por metodologias de ensino e da pesquisa afro-brasileira.** In: Diversidade étnico-racial e interdisciplinaridade: dialogo com as Leis N°10.639 e 11.645 (pp. 343-366). Campina Grande: EDUFCEG.

MUNANGA (org). **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVA, A. R. **Identidades Cruzadas - Os estudos africanos no Ensino Superior no Brasil e em Portugal.** 1.ª Conferência do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa. 2011.

\_\_\_\_\_. **A história africana nos cursos de formação de professores: panorama, perspectivas e experiências.** Estudos Afro-Asiáticos, v. 28, n. 1-3, p. 187-219, jan./dez. 2006. Disponível em:  
<[http://www.ucam.edu.br/institucional%5Cceaa%5Crevistas\\_todasssss.asp](http://www.ucam.edu.br/institucional%5Cceaa%5Crevistas_todasssss.asp)>.\_Acesso em: 18 jan 2015.

PASSOS, J. C. **As relações étnico-raciais nas licenciaturas: o que dizem os currículos anunciados.** Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação. V.8, n. 13, 2014. Disponível em:  
<<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/viewFile/2254/1630>>.  
Acesso em: 16 jan 2015.

PIMENTEL, A. A. **Cabedelo**, Volume I, 2ª Edição Revisada. Prefeitura Municipal de Cabedelo. 2015.

ROCHA, S. P. **A Lei nº10.639/03 na primeira década: reflexões, avanços e perspectivas.** In: Diversidade étnico-racial e interdisciplinaridade: dialogo com as Leis 10.639 e 11.645, (pp. 299-341). Campina Grande: EDUFCEG, 2013.

SANTOS, I. A. **A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos.** In: Cavalleiro, Racismo e Anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001. (pp. 97-114)

SANTOS, S. A. **A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta Anti-Racista do Movimento Negro.** In: Secretaria de Educação Continuada, Educação Anti-Racista caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005. (pp. 21-37)

SILVA Jr., H. **Discriminação racial nas escolas:** entre a lei e as práticas sociais. Brasília: UNESCO, 2002.